

# O INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL DO RIO DE JANEIRO E AS POLÍTICAS URBANAS MUNICIPAIS <sup>1</sup>

THE BRAZILIAN INSTITUTE OF ARCHITECTS (RIO DE JANEIRO) AND THE MUNICIPAL URBAN POLICIES

HEITOR VIANNA MOURA

## RESUMO

Relevante no debate público nacional desde a sua fundação, o Instituto de Arquitetos do Brasil não limita a sua agenda à institucionalização profissional. Este trabalho se foca em um aspecto pouco explorado nos estudos sobre o tema: a atuação dos departamentos locais do Instituto nas arenas em que as políticas urbanas municipais são discutidas, formuladas e implementadas. Para tanto, investiga-se a relação estabelecida entre o Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento do Rio de Janeiro e a Prefeitura do Rio de Janeiro sob a gestão Eduardo Paes (2009-2012/2013-2016). Objetiva-se, com isso, compreender como os representantes da entidade atuaram nas disputas em torno de temas que dominaram o debate público da cidade no período, visando a definir e legitimar a prática profissional do grupo e, ao mesmo tempo, a intervir nas propostas elaboradas ou apoiadas pela Prefeitura. A partir desse estudo de caso, pretende-se refletir sobre a atuação desse grupo profissional na disputa pelo monopólio de enunciação dos problemas da cidade, tendo o Estado como instância de legitimação.

**PALAVRAS-CHAVE:** : Arquiteto e urbanista. Instituto de Arquitetos do Brasil. Política urbana. Rio de Janeiro.

## ABSTRACT

Relevant in the national public debate since its foundation, the Brazilian Institute of Architects does not limit its agenda to professional institutionalization. This work focuses on a not well-explored aspect of the subject in the studies: the work of the Institute's local departments in the arenas in which municipal urban policies are discussed, formulated, and implemented. We investigate the relationship between the Brazilian Institute of Architects – Rio de Janeiro Department and the Rio de Janeiro's City Hall under the administration of Eduardo Paes (2009–2012/2013–2016). To this end, we aim to understand how their spokespersons acted in the disputes around themes that dominated the public debate in the city to define and legitimize the professional practice of the group and, simultaneously, intercede in proposals elaborated or supported by the Municipality. Based on this case study, we reflect on the role of this professional group in the dispute for the monopoly of enunciating the city's problems, with the State as a body of legitimacy.

**KEYWORDS:** Architect and urban planner. Brazilian Institute of Architects. Urban policy. Rio de Janeiro.

## INTRODUÇÃO

**A CELEBRAÇÃO DO CENTENÁRIO** do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) movimentou a agenda de arquitetos e urbanistas brasileiros em 2020 e 2021. Por meio de homenagens, exposições, debates e lançamentos de livros, o evento serviu de mote para festejar e reafirmar a relevância da mais antiga entidade de representação profissional da categoria. Foram lembrados por seus organizadores os episódios e os personagens que marcaram a atuação do Instituto na cena pública brasileira – ora protagonizando lutas pelo reconhecimento, pela regulação e pela proteção da profissão, ora liderando agendas que ultrapassam os interesses mais imediatos do grupo. Mais que a celebração do protagonismo outrora desempenhado, o evento buscou reforçar o interesse da categoria em intervir no debate público nacional.

Esse desejo foi atestado pelo lançamento do manifesto “IAB: um século de arquitetura e urbanismo pela democracia, cultura e direito à cidade” (INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL, 2021), divulgado no aniversário da entidade – celebrado em uma cerimônia virtual. Assinado por todos os ex-presidentes, o documento atualizou o compromisso institucional com: a eliminação da desigualdade; a luta pelo acesso universal aos serviços públicos e aos direitos sociais; a proteção do patrimônio natural, cultural e históricos; o incentivo à ciência, à tecnologia e à cultura; a defesa da democracia e das liberdades democráticas. O manifesto não deixou dúvidas, portanto, sobre o descontentamento dos signatários com o projeto político conduzido pelo executivo federal, responsabilizado pelo “desvirtuamento de instituições essenciais à democracia” e pela “tragédia sanitária”. As críticas vieram acompanhadas por um programa de ação que buscou colocar os arquitetos e urbanistas como sujeitos centrais no processo de construção de cidades mais “justas e igualitárias”.

Àqueles que acompanham a atuação do IAB ao longo das últimas décadas, essa posição não surpreende. Com uma trajetória marcada por atividades que ultrapassam a agenda da institucionalização profissional, a entidade participou de episódios decisivos da história política do país. Em 1944, o IAB se manifestou pelo fim da ditadura varguista, pela libertação dos presos políticos e pela convocação de uma Assembleia Constituinte. Durante a ditadura civil-militar, seus representantes se envolveram na luta pela redemocratização, resultando na perseguição política de parte de seus membros. Tais episódios credenciam o Instituto no rol de entidades de classe que não se mantiveram alheias aos arroubos autoritários que marcaram a história política do país (CARVALHO, 2014). Posicionamento histórico que o manifesto reitera ao declarar “[...] sua adesão incondicional à democracia e seu compromisso de luta e defesa das conquistas civilizatórias tão arduamente alcançadas” (INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL, 2021, p. 3).

Não foram esses episódios, no entanto, que marcaram a capacidade do Instituto de intervir na política nacional, mas sim sua atuação pioneira na construção de uma agenda de enfrentamento dos problemas habitacionais e urbanos.

Como organizador do Seminário Habitação e Reforma Urbana (SHRU) em 1963, o Instituto combinou estratégias de convencimento e de publicização que permitiram ampliar o alcance de ideias do campo da arquitetura e do urbanismo, articulando alianças com agentes vinculados a movimentos sociais, instituições acadêmicas e profissionais e órgãos governamentais (BONDUKI, 1987, 2018; FRANÇA E LEITE, 2021). A mobilização foi de tal modo bem-sucedida que nem mesmo o governo militar conseguiu ignorar as ideias difundidas pelo grupo, ainda que as tenha aplicado ao avesso, ignorando por completo a questão fundiária (MARICATO, 2014).

Diversos estudos atestam que no último século o IAB mobilizou estratégias variadas para garantir posição de relevo no debate público brasileiro, buscando construir a imagem de uma instituição defensora dos interesses coletivos, disposta a colaborar com o desenvolvimento nacional (DURAND 1972; GRAEFF, 1995, RABELO, 2011; DEDECCA, 2018; NAKANDAKARE, 2018; FRANÇA E LEITE, 2021). Faltam, contudo, pesquisas sobre as dinâmicas protagonizadas por seus departamentos locais, em especial sobre a atuação de seus representantes nas arenas em que as políticas urbanas municipais são discutidas, formuladas e implementadas. O presente estudo se circunscreve nesse âmbito, investigando a relação estabelecida entre o IAB-RJ e a Prefeitura do Rio de Janeiro no período em que a cidade, sob a gestão Eduardo Paes (2009-2012/2013-2016), atravessou uma das mais profundas reformas urbanas de sua história.

Em termos teórico-conceituais, a pesquisa apoia-se em duas perspectivas. Para compreender a capacidade dos arquitetos e urbanistas de se apresentarem como agentes a serviço do bem comum, mobiliza-se um arsenal teórico que se volta para o exame do caráter oficial, público e universal do Estado e dos agentes e instituições a ele associados, tendo Pierre Bourdieu (2014) como principal referência. Já a atuação do grupo no debate público da cidade é examinada à luz do que se convencionou chamar de “sociologia dos problemas públicos”. Nessa perspectiva, certos assuntos são entendidos como prioritários no debate público não por suas características objetivas, mas sim pela ação de grupos de pressão (GUSFIELD, 1981; SPECTOR; KITSUSE, 2001).

Partindo dessas perspectivas, analisa-se um conjunto plural de suportes discursivos, como artigos publicados no jornal “O Globo”<sup>2</sup>, documentos institucionais de acesso público e entrevistas realizadas com os porta-vozes do IAB-RJ<sup>3</sup>. Tais suportes são encarados ao mesmo tempo como registros dos fatos que marcaram o período analisado e como recursos fabricados e divulgados com o intuito de produzir efeitos de validação e convencimento sobre o público ao qual se destinavam: a comunidade de arquitetos e urbanistas, a coalizão urbana liderada pelo executivo municipal e/ou os moradores da cidade – a depender da situação em análise.

Com isso, busca-se compreender como arquitetos e urbanistas que ocupavam posições de representação no IAB-RJ atuaram nas disputas em torno de temas que dominaram o debate público da cidade no período, visando a

definir e legitimar a prática profissional do grupo e, ao mesmo tempo, a intervir nas propostas elaboradas ou apoiadas pela Prefeitura. A partir desse estudo de caso, pretende-se refletir sobre a relação desse grupo profissional, por meio de suas instituições de representação, com o Estado na disputa pelo monopólio de enunciação dos problemas da cidade. Processo afetado por dinâmicas internas e externas ao campo da arquitetura e do urbanismo.

### O IAB E O RIO DE JANEIRO: DO PROJETO NACIONAL ÀS ARTICULAÇÕES LOCAIS

No início do século XX, com o mercado de construção em expansão devido ao crescimento demográfico das cidades brasileiras, fazia-se necessário afirmar a superioridade dos arquitetos frente aos profissionais concorrentes – como artistas, construtores práticos, mestre-de-obras e engenheiros. Além disso, aumentava a preocupação com os problemas sociais decorrentes desse crescimento; debate que os representantes desse grupo buscaram participar ativamente. Foi nesse contexto que, em 1921, a primeira entidade de livre associação representativa dos interesses dos arquitetos e urbanistas do país, o IAB<sup>4</sup>, foi fundada.

Para coibir a atuação de profissionais não diplomados na área, o Instituto elaborou e sancionou o primeiro regulamento profissional de abrangência nacional, o decreto 23.569 de 1933. Além disso, produziu campanhas pela realização de concursos públicos e pela criação de uma tabela de honorários, tentando garantir uma inserção privilegiada da categoria profissional no mercado de projetos. A partir da década de 1950, sua atuação ganhou força com a fundação dos primeiros departamentos estaduais (São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Pará) e do Conselho Superior (1956). Com a estrutura federativa em funcionamento, as ações da entidade passaram a ter maior penetração no território nacional, estabelecendo novas relações com os poderes locais (NAKANDAKARE, 2018).

No Rio de Janeiro, a relação do IAB com o poder executivo local assumiu contornos particulares. Afinal, a condição de capital fazia com que as disputas travadas na localidade tivessem ressonância nacional, ao menos no primeiro quartel do século XX. Nesse período, o Instituto garantiu aos arquitetos e urbanistas o controle da fatia mais nobre do mercado público de projetos – os edifícios oficiais (DURAND, 1991) – e lutou pela autonomia do ensino da arquitetura, o que resultou na fundação da Faculdade Nacional de Arquitetura (GRAEFF, 1995). No âmbito urbano, o alvoroço provocado pela contratação do urbanista francês Alfredo Agache pela Prefeitura da capital fez com que os arquitetos reunidos no Instituto se apropriassem de um ideário urbanístico propriamente moderno, passando a reivindicar um papel de destaque no desenho e no planejamento da cidade (SILVA, 2003).

Com a transferência da capital para Brasília e o espraiamento do IAB pelo território brasileiro, o núcleo original, convertido em departamento estadual fluminense, deixou de desempenhar o papel de porta-voz nacional da categoria.

A mudança, no entanto, foi compensada por uma atuação mais ativa de seus representantes nas arenas decisórias locais; processo favorecido pelo contexto de redemocratização da década de 1980, marcado pelo fortalecimento do poder decisório das instâncias municipais e pelo crescimento do associativismo local. São manifestações dessa situação a articulação do IAB-RJ com as recém-criadas associações de moradores e a participação de seus representantes no Conselho de Política Urbana – COMPUR (PINHEIRO; FREITAS, 2001).

Ao mesmo tempo que os representantes do Instituto buscaram se articular com os agentes que cobravam uma maior participação social nos processos decisórios, eles se beneficiaram da redefinição da problemática urbana na década, que passou a ser entendida em termos de competitividade e de produtividade a partir da década de 1990. A adoção do modelo do “planejamento estratégico” – que substituiu a ideia do plano pelo projeto –, é uma das expressões dessa mudança, permitindo que “as preocupações finalísticas” fossem “[...] abandonadas em favor de uma concepção instrumental na intervenção” (RIBEIRO, 2003, p. 19). No lugar da política e da participação popular, entraram em cena a razão econômica e o discurso técnico, frequentemente vocalizado por arquitetos e urbanistas (NOVAIS, 2010).

No Rio de Janeiro, essa nova forma de planejar e intervir na cidade resultou na formulação de uma série de programas de urbanização, entre eles o “Rio Cidade e o Favela Bairro”. Em ambos, a atuação de Luiz Paulo Conde, ex-presidente do IAB-RJ (1974-1975/1976-1977), foi central. Como secretário municipal de urbanismo na gestão César Maia (1993-1996) e prefeito da cidade entre 1997 e 2000, Conde fez do IAB-RJ um dos principais aliados do executivo municipal, mediando a relação entre os escritórios de arquitetura e urbanismo e a Prefeitura. Assim, o grupo profissional foi reconhecido e validado enquanto produtor de interpretações, diagnósticos e intervenções na cidade e os seus porta-vozes foram inseridos nas arenas decisórias do urbano. Estratégia que parece ter sido retomada pelo grupo que ocupou a diretoria do IAB-RJ durante a gestão Eduardo Paes, ora se apresentando com instância técnica independente, ora como um parceiro dos projetos conduzidos pela coalizção urbana liderada pelo poder municipal.

## **O IAB-RJ E A GESTÃO EDUARDO PAES (2009-2012/2013-2016)**

A chegada de Eduardo Paes à Prefeitura em 2009 coincidiu com a eleição da diretoria do IAB-RJ para o biênio 2010-2011. No processo eleitoral, a então presidenta – a servidora pública de carreira Dayse Góis –, teve a reeleição inviabilizada pela formação de uma aliança em torno da candidatura de Sérgio Magalhães, arquiteto e urbanista com trajetória reconhecida no mercado de projetos, na Universidade e na gestão pública. Seus articuladores entenderam se tratar de um momento oportuno para a renovação do Instituto – que, a seus olhos, havia sofrido com o desengajamento de sócios e com a perda de relevância no debate público nos anos anteriores. Situação que não poderia ser

mantida em um momento em que questões relativas ao campo da arquitetura e do urbanismo ganhavam destaque nos meios de comunicação e na agenda política local.

Em termos eleitorais, a estratégia do grupo se mostrou bem-sucedida: Sérgio Magalhães foi eleito presidente do departamento local por dois mandatos (2010-2011/2012-2013), angariou votos para duas eleições nacionais (2012-2014/2015-2017) e ainda garantiu que o vice-presidente de sua gestão – Pedro da Luz – ocupasse a presidência do IAB-RJ nos anos seguintes (2014-2016/2017-2019). Esse sucesso pode ser explicado em parte pela própria trajetória profissional de Magalhães, que, em funções variadas, havia desenvolvido projetos e programas nas áreas de urbanismo, educação pública e habitação. Experiências que o colocaram em contato com ações que tinham como fim a resolução de problemas públicos, aproximando-o de dinâmicas propriamente estatais (BOURDIEU, 2014).

Além desse reconhecimento, que permitiu que ele desempenhasse o papel de profissional comprometido com o bem público, Magalhães demonstrou ser capaz de transitar em campos e grupos diversos. Enquanto secretário de Habitação do governo Conde, por exemplo, foi responsável pela elaboração e pela execução de uma série de políticas para a área, sendo a mais importante delas o *Favela Bairro*. O programa lhe rendeu publicidade nos meios de comunicação, projeção no campo político e reconhecimento no campo de origem, assim como fez dele um agente reconhecido pela capacidade de negociação e de formação de alianças com agentes estratégicos. Imagem reforçada pelo fato de ter ocupado funções públicas nas gestões de prefeitos e de governadores das mais variadas matizes dentro do espectro político<sup>5</sup>.

O fortalecimento do Instituto em torno da sua figura, no entanto, precisou ser combinado com o investimento em uma agenda capaz de engajar seus membros, a coalizão urbana liderada pelo poder municipal e a comunidade ampliada. Sem discordar da necessidade de preservar a independência institucional e de cobrar uma maior transparência por parte do poder municipal, o grupo liderado por Magalhães defendeu a necessidade de construir uma agenda mais pragmática de intervenção no debate público. No eixo central, estava a campanha pela transferência de parte dos equipamentos planejados para a edição dos Jogos Olímpicos na cidade (2016) do bairro da Barra da Tijuca para a região portuária, vizinha à área central.

Essa estratégia foi posta em funcionamento pela primeira vez por Magalhães, ao defender, em entrevista publicada no jornal *O Globo* (06/10/2009), a alteração do projeto aprovado pelo Comitê Olímpico Internacional (COI). Por trás dessa posição, residia o entendimento de que o evento poderia funcionar como catalizador do desenvolvimento urbano da cidade desde que o poder público apostasse em intervenções que favorecessem as áreas mais centrais e consolidadas da cidade. Segundo Magalhães, não teria sido possível formular uma proposta que contemplasse a região portuária quando o projeto olímpico foi



desenvolvido, uma vez que pairava uma enorme desconfiança quanto à capacidade de o município resolver o imbróglio das terras públicas locais. No entanto, isso havia deixado de ser um problema com a construção dos acordos que deram origem ao projeto Porto Maravilha; operação urbana consorciada lançada em 2009 por Eduardo Paes que prometia transformar a região portuária, vizinha ao centro histórico da cidade, no novo espaço de lazer, turismo, trabalho e moradia da cidade (MAGALHÃES, 2009).

Por meio de uma crítica-propositiva, Magalhães sinalizou seu apoio, ainda que com ressalvas, ao projeto da municipalidade na região portuária e, ao mesmo tempo, apresentou-se como voz qualificada na construção de um projeto olímpico alternativo. Em pouco tempo, sua proposta encontrou adesões dentro e fora do campo, tecendo uma rede de relações que ganhou força e amplitude. Internamente, a campanha foi capaz de arregimentar um grupo de arquitetos e urbanistas que identificou o IAB-RJ como o espaço privilegiado de negociação do alcance de sua voz com o poder municipal. Externamente, foi expressivo o apoio do jornal *O Globo*, veículo que se apresentou como uma das mais importantes plataformas de publicização das ideias do grupo de arquitetos e urbanistas liderados por Magalhães<sup>6</sup>. Essas críticas foram bem recebidas por Eduardo Paes, que viu na campanha a oportunidade de acomodar o Porto Maravilha na agenda mais ampla de reforma urbana da cidade.

Tal leitura do contexto que antecedeu a eleição Magalhães foi verbalizada, em entrevista, por Pedro da Luz, vice-presidente nas suas duas gestões e seu sucessor nas duas gestões seguintes:

Foi mais ou menos no começo do mandato do Eduardo Paes, ou no momento da eleição dele, que houve uma reportagem n'O Globo na qual o Sérgio – que já havia sido secretário de habitação – defendeu a ideia de que as Olimpíadas cabiam na região portuária e que as Olimpíadas seriam uma oportunidade para a cidade. Nesse momento, a gente se articulou em torno da candidatura do Sérgio para o IAB-RJ; em torno dessa ideia [...], que a gente vem continuamente repetindo, que outros presidentes do IAB-RJ também defendiam, [de] que a cidade é profundamente injusta porque ela é muito esgarçada; muito dispersa no território. [...] Viabilizar uma cidade mais compacta e densa teria [o] objetivo de universalizar o acesso [a] suas infraestruturas urbanas. [...] Nesse sentido, a ocupação da região portuária era uma oportunidade pela proximidade com o centro da cidade. Esse grupo [da gestão Magalhães] sempre identificou que a Barra da Tijuca era uma expansão da mancha urbana e que, talvez, o Rio não tivesse capacidade econômica para sustentar dois centros distantes e dispersos (LUZ, 2019, não paginado).

No trecho, Pedro da Luz não apenas corrobora a tese de que as manifestações no jornal desencadearam as articulações que deram origem à candidatura de Magalhães, mas também confirma a ideia de que as intervenções na região portuária estavam em sintonia com as posições defendidas por sua futura direção. A opção pela coesão e pela sublimação das diferenças a partir da construção

de uma agenda pragmática de gestão soma-se, portanto, aos arranjos que a nova gestão estava disposta a estabelecer por meio da mobilização dos capitais políticos, sociais e simbólicos acumulados por seus delegados e pela instituição.

Eleito presidente do IAB-RJ, Magalhães se viu finalmente investido do poder institucional que permitiria ampliar sua capacidade de articulação com agentes dominantes de outros campos. Em entrevista, ele lembrou as muitas vezes em que precisou acionar a sua rede pessoal de contatos – o seu capital social –, para acessar o núcleo mais forte da coalização urbana do período; como quando ele fez uma:

[...] apresentação para um outro grupo de pessoas ligadas ao esporte, cujo cara mais importante era o Antônio Carlos de Almeida Braga. Ele era banqueiro, foi dono da Atlântico Seguros. Depois passou a ser presidente do Bradesco, deixou de ser presidente do Bradesco e virou presidente do [Banco] Icatu. Mas a paixão dele era o esporte; ele ia para tudo que era Copa [do Mundo de Futebol], corrida. Ele foi o grande incentivador do vôlei, ele que fez com que o vôlei do Brasil virasse o que é hoje. Eu pedi um encontro com ele, ele chamou alguns amigos e eu apresentei a minha proposta. Eu baseei a minha crítica em duas coisas: o que era a experiência internacional e onde cabia a olimpíada. Ele ficou muito impressionado e levou o assunto para o [Carlos] Nuzman [presidente do Comitê Olímpico Brasileiro] (MAGALHÃES, 2019, não paginado).

Essa proposta, que ele diz ter reapresentado a integrantes do establishment econômico<sup>7</sup> e intelectual<sup>8</sup> da cidade em 2009, ganhou novas formas e amplitude com sua chegada à presidência do IAB-RJ. No seu primeiro ano de gestão, por exemplo, foram realizados – em parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro e o Programa de Pós-graduação em Urbanismo da FAU-UFRJ – os eventos “As Olimpíadas e os Jogos. Conexão Rio-Barcelona” e “As Olimpíadas e os Jogos. Conexão Rio Londres”. Os seminários tinham como propósito oficial a criação de um ambiente de trocas entre agentes com experiências nos preparativos de cidades-sede e as autoridades locais, incluindo representantes governamentais, investidores privados, especialistas e acadêmicos. Por trás desses encontros, estavam em jogo os interesses econômicos de agentes das três cidades, assim como a intenção de Eduardo Paes de se projetar internacionalmente e com isso aumentar sua capacidade de negociação com o COI, que se mantinha refratário a qualquer mudança no projeto apresentado no momento da candidatura.

Para os representantes do IAB-RJ, outros interesses estavam em disputa. Tanto Barcelona (1992) como Londres (2012) optaram por usar os preparativos dos Jogos Olímpicos para colocar em prática processos radicais de reestruturação urbana, tendo como foco áreas centrais percebidas como degradadas e subaproveitadas. Seguindo a tendência iniciada nos anos 1980 e 1990, essas cidades acabaram se projetando como modelos a serem seguidos em todo mundo; sobretudo a primeira, pelo suposto pioneirismo. No Rio de Janeiro, inclusive, a influência do modelo catalão na gestão e no planejamento local não era nova.



Em 1993, César Maia convidou consultores catalães para a elaboração do “Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro: Rio Sempre Rio” e do dossiê candidatura da cidade como sede dos Jogos Olímpicos. Aproximação reforçada por Conde, que nunca escondeu sua admiração pelo modelo catalão de urbanismo.

Segundo Sánchez (2001), as chamadas “cidades modelos” resultam de processos materiais e simbólicos operados por múltiplos agentes em diferentes escalas a partir de ordens e interesses diversos. Como imagens que têm o poder reforçado por sua ancoragem material, tais modelos funcionam como um poderoso instrumento de conformação e legitimação de agendas urbanas globais e locais. Ademais, permitem a projeção e o reconhecimento de agentes que passam a ser globalmente reconhecidos por sua capacidade de pôr em prática o modelo proposto. Partindo dessa leitura, compreende-se que os dois eventos realizados em 2010 foram momentos-chave da circulação de certa expertise internacional e da reorganização da coalizão responsável pelas tomadas de decisões sobre o projeto olímpico.

Ao IAB-RJ, foco desta análise, os seminários foram concebidos e percebidos como forma de pleitear uma melhor inserção nas arenas decisórias do urbano, convertendo parte do capital simbólico dos visitantes – que tinham entre suas estrelas o ex-prefeito Pascal Maragall e o urbanista Jordi Borja – em seu próprio capital. Estava em jogo, portanto, a própria inserção de seus porta-vozes na luta simbólica que, no fim, estabeleceria os agentes responsáveis por produzir leituras do presente e do futuro da cidade. Nesse jogo, os arquitetos e urbanistas se valiam do reconhecimento de seus colegas estrangeiros para reforçar a competência do seu próprio discurso, colocando-se acima dos interesses políticos e econômicos. Estratégia que Fabiana Izaga (vice-presidente da gestão 2012-2013) confirmou, ao descrever o período em entrevista:

O que se pensa nesse momento? Reunir um conhecimento que subsidiasse e desse a ver o que outras cidades tinham feito. Isso era um instrumento de convencimento político, um instrumento de compartilhamento de informações com a própria sociedade. Tem um investimento muito grande em tomar contato com outras cidades que tinha passado por experiências semelhantes. Como que foi feito? Para aprender. Nesse momento, acho que quem fez esse contato foi o Ricardo Villar, que era vice-presidente financeiro. Mas o Sérgio, na gestão do Sérgio [como secretário de Habitação], certamente já tinha esse contato com os catalães na elaboração do plano estratégico. Ele sabia que eles eram hábeis nas suas negociações urbanas (IZAGA, 2019, não paginado).

Sob esse ângulo, percebe-se que, tanto para a Prefeitura como para o IAB-RJ, os modelos catalão e londrino serviam ao processo de convencimento de inclusão da região portuária no projeto olímpico. Essa proximidade, no entanto, escondia propósitos e princípios distintos – que aos representantes do IAB-RJ foi necessário deixar claro, sob o risco de comprometer o custoso consenso forjado no interior da entidade e, por extensão, no campo da arquitetura e do urbanismo.

## OS CONCURSOS PORTO OLÍMPICO E MORAR CARIOCA: COMPATIBILIZANDO INTERESSES INTERNOS E EXTERNOS

Para Magalhães (2019, não paginado), “[...] o IAB sempre foi crítico. Aos governos, sempre interessa que o IAB seja menos crítico ou até parceiro. O IAB não se nega a isso, ele quer influenciar as decisões sobre a cidade. Se for influenciar e ser bem aceito, melhor”. A declaração, feita em entrevista concedida para esta pesquisa em outubro de 2019, foi uma reação ao questionamento acerca da relação que o IAB-RJ estabeleceu com a Prefeitura durante a gestão Eduardo Paes; relação marcada por aproximações e afastamentos. Como presidente da entidade no período, ele reconheceu o esforço do executivo municipal para estabelecer uma interlocução salutar com a entidade. Fizeram parte desse empenho o envio de representantes da municipalidade aos debates organizados em sua sede, a convocação de seus porta-vozes para reuniões, o acolhimento de reivindicações e de recomendações dos associados e o estabelecimento de parcerias institucionais.

Em um país em que os concursos de arquitetura nunca foram instrumentos preferenciais para a contratação de projetos por parte do poder público (FLYN, 2001), não é desprezível que a Prefeitura tenha encomendado ao Instituto quatro concursos de relevância nacional e internacional em um curto período: o Porto Olímpico (2010-2011), o Morar Carioca (2010), o Parque Olímpico (2011) e a Sede do Campo Olímpico de Golfe (2012). O fato pode ser lido como indicador da simpatia de Paes pela ideia de envolver a comunidade de arquitetos e urbanistas nas decisões projetuais da cidade e também da capacidade do IAB-RJ de se apresentar como um parceiro viável. Essa leitura, no entanto, precisa ser compreendida à luz das disputas travadas pela entidade com agentes da coalização urbana, envolvendo negociações e compatibilizações de agendas e discursos.

Nesse processo conflituoso, os concursos Porto Olímpico e Morar Carioca representaram o auge da acomodação dos interesses da comunidade de arquitetos e urbanistas na agenda municipal de reformas urbanas. O primeiro, impulsionado pela campanha liderada por Magalhães; O segundo, como fruto da pressão de entidades diversas – entre elas, o IAB – por um projeto olímpico socialmente comprometido. Por meio da inclusão da região portuária e de áreas populares no projeto olímpico, a entidade atestou sua capacidade de intervir na geografia da distribuição dos recursos públicos e de influenciar o processo de reconfiguração urbana em curso. Soma-se a isso a percepção de que o IAB-RJ não apenas reagiu à demanda do município pela organização dos concursos, mas também assumiu uma postura interventiva e propositiva no debate público da cidade. Daí os eventos terem sido frequentemente tratados pelos porta-vozes da entidade como as mais expressivas vitórias da categoria no período.

Hoje se sabe que, após a escolha e a premiação das equipes vencedoras, os dois projetos sofreram com o esvaziamento político por parte do poder municipal, frustrando as expectativas dos organizadores dos concursos. Sem perder de vista esse desfecho desfavorável, interessa compreender como os

representantes do IAB-RJ conseguiram, sobretudo durante a primeira gestão Eduardo Paes, acomodar os interesses da comunidade interna de arquitetos e urbanistas na reforma urbana em curso, forjando um consenso interno e externo sobre a necessidade de tais intervenções. Foi por meio do sucesso dessa operação que a entidade garantiu o seu ingresso temporário na coalizão urbana, ampliando a capacidade de vocalização de seus porta-vozes e a projetando de certas agendas internas no debate público da cidade.

Anunciado em 2010, o Morar Carioca foi qualificado pelo poder municipal como o maior “legado social” dos Jogos Olímpicos. Com a meta de urbanizar todas as “comunidades” da cidade até 2020 e com um volume de recursos previsto na ordem de 8 bilhões de reais, o projeto prometia produzir uma revolução na cidade. Ao menos foi assim que Paes e Magalhães definiram a iniciativa no artigo que publicaram juntos n’*O Globo* (15/10/2010). No texto, o convênio da Prefeitura com o IAB-RJ – que envolveu a transferência de 8 milhões à entidade para a realização de concurso, capacitação e publicações técnicas – foi celebrado como uma oportunidade de enfrentar o “enorme desafio de integração social e urbanística” e de “percorrer o século 21 no caminho da democratização social” (MAGALHÃES, 2010, p. 6).

Para o poder municipal, o programa de urbanização de áreas populares permitia neutralizar as críticas que o projeto olímpico vinha sofrendo, atacado pela promoção de remoções nas áreas de intervenção (FAULHABER; AZEVEDO, 2015). Nesse processo, o IAB-RJ se apresentava como parceiro ideal, tendo em vista sua longa trajetória na luta pelo direito à moradia (SERRAN, 1976) e a experiência de seus representantes em projetos do tipo. A iniciativa – muito semelhante ao Favela Bairro – também tinha para a entidade um profundo caráter simbólico e político, uma vez que, quase duas décadas depois, Magalhães e o IAB-RJ retomavam o protagonismo nas discussões sobre as favelas cariocas, combinando preocupações habitacionais e urbanísticas. É fácil compreender, portanto, como a Prefeitura e o IAB-RJ se beneficiaram mutuamente com a parceria.

No caso da região portuária, no entanto, essa aliança se deu de forma menos imediata e consensual, como se viu na seção anterior. No campo da arquitetura e do urbanismo, o engajamento em torno dessa agenda foi possível na medida em que os novos porta-vozes da entidade identificaram no Porto Maravilha a possibilidade de confrontar um modelo de cidade por eles julgados como ultrapassado, mas não superado<sup>9</sup>. Prova disso seria o renovado investimento público e privado na Barra da Tijuca, responsável pelo espraiamento e pelo desadensamento urbano. Em seu lugar, esses arquitetos e urbanistas defendiam um novo tipo de cidade: mais compacta e densa; equipada com uma rede eficiente de transporte coletivo de alto rendimento; dotada de pré-existências culturais e naturais. Pela localização central da região portuária e pela presença de elementos que pareciam atestar o compromisso do projeto com essa

nova agenda urbana<sup>10</sup>, o Porto Maravilha passou a ser visto como uma oportunidade histórica dos arquitetos e urbanistas darem realidade a esse designo.

Com o anúncio do concurso Porto Olímpico, parte da esperança depositada pela categoria no Porto Maravilha parecia encontrar ancoragem. Tendo o IAB-RJ como organizador do certame, arquitetos e urbanistas foram projetados a posições de relevo nas arenas decisórias do urbano, permitindo a inclusão de demandas da categoria no projeto de renovação urbana em curso. O Porto Olímpico, que tinha as digitais dos representantes da entidade desde sua concepção, nascia com objetivos ambiciosos. Segundo o termo de referência do concurso, esperava-se que os 694.200m<sup>2</sup> de área construída funcionassem como um instrumento capaz de: (1) “[...] otimizar o legado econômico, social e ambiental desse evento esportivo para o conjunto da cidade”; (2) “[...] ampliar a sinergia entre a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos 2016”; (3) “[...] favorecer a área central da metrópole”; 4) “[...] fortalecer a região suburbano-metropolitana, da qual o centro é o núcleo” (INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL DO RIO DE JANEIRO, 2010, p. 4).

Além de estimular um projeto de desenvolvimento urbano alternativo, o concurso trazia para o centro da discussão questões ligadas ao desenho arquitetônico-urbanístico dos espaços privados e públicos da cidade. Defendia-se, por exemplo, a produção de um desenho urbano contemporâneo, capaz de aliar edifícios com tipologias e usos diversos e espaços públicos e coletivos de elevada qualidade. Tais aspectos se relacionam à atuação tanto do poder municipal, como regulador, gestor e produtor do espaço construído, quanto dos agentes econômicos, responsáveis pela concepção e pela execução dos espaços privados da cidade. Nesse jogo de acomodações de interesses – próprio desse tipo de certame –, não se pode subestimar o poder dos arquitetos e urbanistas, visto que o concurso de projetos confere ao grupo uma autoridade e um controle sobre a produção do espaço da cidade raramente verificados em outras situações (SOBREIRA, 2020).

A euforia envolvida na organização do Porto Olímpico, no entanto, teve efeitos que merecem ser considerados. Ao se envolver no concurso, o IAB-RJ contribuiu com a produção de um consenso interno a favor das ações da Prefeitura na região, mantendo a categoria profissional sob relativo controle. Além disso, favoreceu a construção de um argumentário que contribuiu com a construção de consensos sociais ampliados, processo que beneficiou setores econômicos, políticos e midiáticos interessados no desenvolvimento da operação urbana. Tais consensos se explicam não pela superioridade argumentativa dos agentes envolvidos – apesar de se reconhecer a sua eventual qualidade técnica –, mas sim pela sua capacidade de se fazerem parecer universais e desinteressados, resultando na circulação e na aceitação social de certos pressupostos (GUSFIELD, 1981; SPECTOR; KITSUSE, 2001).

Nesse processo, não é desprezível a atuação de Magalhães n’*O Globo* no período. Convidado em 2010 para atuar como articulista mensal do periódico

de maior circulação na cidade, ele passou a ter acesso a um espaço privilegiado de publicização de narrativas sobre as transformações urbanísticas em curso e, assim, fortalecer posições defendidas por sua gestão no IAB-RJ na arena pública. Nesse espaço, investiu em estratégias de engajamento da população carioca na campanha de transferência dos equipamentos olímpicos para a região portuária, que, posteriormente, serviram de suporte retórico do *Porto Maravilha* como um todo. Afinal, como se apontou anteriormente, o presidente do IAB-RJ via com simpatia as intervenções na região, sobretudo quando contrastadas com os investimentos do projeto olímpico na Barra da Tijuca.

O funcionamento dessa operação é perceptível sobretudo nas publicações em que o articulista procurou relacionar os investimentos públicos e privados na região portuária à construção de uma cidade menos desigual e socialmente mais justa. Para tanto, foram evocados instrumentos legais, urbanísticos, fiscais e financeiros, associados ao que se convencionou chamar de “direito à cidade”. Magalhães defendia a tese de que certas “razões urbanísticas respondem pela desigualdade”, sendo a mais evidente delas a “[...] expansão da cidade com baixa densidade populacional, carente de infraestrutura e serviços” (MAGALHÃES, 2010, p. 6). Para combatê-la, o Estado deveria incentivar a ocupação de áreas integradas a rede de infraestrutura instaladas e lhes direcionar os investimentos públicos.

Por trás desse argumento está a ideia, hegemônica no campo da arquitetura e do urbanismo, de uma cidade densa e compacta; ideia que Magalhães, em seus artigos, divulgou com uma linguagem compreensível ao público mais amplo – explicando, por exemplo, a “baixa democratização” da cidade pela “assimetria” na prestação de serviços públicos (MAGALHÃES, 2011a, p. 7), ou associando as ideias de “cidadania” e “equidade” a “instrumentos de desenho” que supostamente contribuiriam com uma “mobilidade democratizada” e a “universalização dos serviços públicos” (MAGALHÃES, 2011b, p. 7). Partindo do pressuposto de que os recursos públicos são limitados e escassos, tais afirmações apareceram quase sempre associadas à defesa de medidas que limitam a expansão da cidade para a sua zona oeste e aumentam a densidade populacional da zona norte e de toda a área central, incluindo a região portuária.

Especificamente sobre a região portuária, Magalhães estabeleceu uma correlação entre “[...] a decadência do Centro, a degradação da Zona Norte e a expansão em baixa densidade para Oeste” e a “escassez de serviços e aumento da violência”, o que tornaria o “aproveitamento do porto como novo polo de desenvolvimento” uma “dádiva” (MAGALHÃES, 2012, p. 6). Esse argumento foi retomado no artigo “Em jogo o direito da cidade”, em que ele associou as intervenções realizadas na localidade a um passo para construir uma “cidade democrática”, o que exige “[...] a universalização dos serviços públicos, meta incompatível com a continuidade do modelo expansionista de ocupação de território” (MAGALHÃES, 2016, p. 6). Quando relacionadas, tais ideias permitem interpretar as intervenções em curso na região portuária como um caminho para

minimizar as desigualdades que se manifestam e são reforçadas territorialmente na cidade, neutralizando os questionamentos que o projeto vinha sofrendo de setores mais críticos da sociedade.

## NOTAS CONCLUSIVAS

Como instituição forte no campo da arquitetura e do urbanismo, o IAB-RJ garantiu uma posição de relativo relevo na arena decisória do urbano no período em análise, obrigando agentes políticos e econômicos a acomodar demandas da entidade no projeto mais amplo de reforma urbana. Tal acomodação, no entanto, só foi possível na medida em que nenhuma das reivindicações chegou a comprometer os projetos da coalização urbana, interessada na conversão da região portuária em nova fronteira de extração da mais-valia fundiária da cidade e na produção de um consenso social sobre os efeitos benéficos dos preparativos olímpicos. Nesse sentido, a criação de um ambiente favorável à atuação de uma entidade reconhecida pela sua independência e pelo saber técnico de seus integrantes conferiu às intervenções a legitimidade buscada por seus promotores.

No segundo mandato de Eduardo Paes, quando o Porto Olímpico e o Morar Carioca perderam importância na agenda urbana do município, tal aliança sofreu abalos. Com o descumprimento dos acordos firmados, observou-se que os porta-vozes do IAB-RJ passaram a vocalizar publicamente sua insatisfação com os projetos, em uma tentativa de reforçar a independência frente ao poder municipal. Nada disso, no entanto, chegou a produzir uma ruptura completa com as instâncias estatais. É verdade que o Instituto reassumiu o papel de núcleo polemizador, funcionando como um espaço de ressonância das demandas dos grupos que questionavam a ação municipal sobre o território da cidade. Entretanto, também se atestou que a entidade seguiu emitindo sinalizações positivas a certas ações do poder público municipal (e também estadual), conferindo homenagens públicas aos agentes que as encarnavam<sup>11</sup>.

Essa dinâmica, aparentemente contraditória, aponta que, mesmo em contextos desfavoráveis, a relação da entidade com o Estado é quase sempre de certa dependência, uma vez que – como metacampo de poder –, o Estado condiciona o funcionamento dos demais campos. Fenômeno observável a partir da tentativa dos arquitetos e urbanistas investigados de conciliar dois delicados movimentos. Por um lado, precisaram prestar sua lealdade aos ideais e aos valores do campo em que estão inscritos, sendo, assim, reconhecidos como representantes legítimos do grupo. Por outro, revelaram a dependência do grupo ao poder propriamente estatal de se colocar a serviço do oficial, do universal e do bem comum. Afinal, sem esse reconhecimento por parte do Estado – que o faz, por exemplo, encomendando concursos e incorporando seus representantes ao corpo burocrático e administrativo e às comissões estatais –, o grupo perde parte de sua autoridade nos temas urbanos.

Nesse processo, no entanto, há de se considerar que o metacampo estatal não está sob o domínio do executivo municipal – ou de qualquer outra esfera de



governo –, ainda que esse detenha instrumentos que fazem dele uma instância incontornável no que tange à formulação das políticas urbanas na atualidade. Prova disso é a atuação da nova gestão do IAB-RJ (2020-2022), que vem apostando no fortalecimento dos vínculos com a sociedade civil organizada e em intervenções na Câmara dos Vereadores – facilitada pela eleição de Tainá de Paula, co-presidenta licenciada do IAB-RJ e vereadora pelo PT. Com isso, os representantes da entidade mantêm a compreensão de que as demandas e as pressões da categoria devem ser preferencialmente dirigidas ao Estado, mas alteram a sua estratégia de inserção nas arenas decisórias do urbano. Alteração que pode ter efeitos sobre a legitimidade da prática profissional do grupo e a capacidade do Instituto em intervir nas propostas do executivo municipal e no debate público.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Código de Financiamento 001).

## NOTAS

1. Artigo elaborado a partir da tese de H. V. MOURA, intitulada “Os arquitetos e urbanistas no debate público da cidade: O papel do Instituto dos Arquitetos do Brasil e do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade na construção da região portuária como problema público (2009-2016)”. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021.
2. A escolha do jornal não foi arbitrária. Além de ser o jornal impresso de maior circulação na cidade, O Globo se envolveu na criação das duas principais âncoras culturais do Porto Maravilha, operação consorciada que favoreceu a aliança entre IAB-RJ e a Prefeitura. Esse envolvimento fez do jornal parte interessada no sucesso dessas intervenções e, por conta disso, uma mediação reveladora das estratégias de sensibilização, responsabilização e publicização operadas pelos porta-vozes do IAB-RJ – em especial Sérgio Magalhães e Luiz Fernando Janot, contratados em 2010 como articulistas do periódico.
3. Foram entrevistados os dois presidentes do IAB-RJ no período, Sérgio Magalhães (04/10/2019) e Pedro da Luz (29/07/2019), e três membros do corpo de conselheiros: Fabiana Izaga (18/11/2019), Luiz Fernando Janot (01/08/2019) e Flávio Ferreira (27/11/2014). A escolha levou em conta a projeção desses representantes nos meios de comunicação e nos eventos institucionais, deixando de lado os membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Superior com menor visibilidade no período.
4. Apesar de só ter recebido o nome de IAB em 1936, a entidade tem sua fundação marcada pela criação da Sociedade Central de Arquitetos (SCA) e do Instituto Brasileiro de Arquitetos (IBA) em 1921, associações que se fundiram em 1924.
5. É verdade que Sérgio Magalhães estabeleceu um vínculo mais próximo e duradouro com os partidos de centro-direita que Luiz Paulo Conde esteve associado – como Partido da Frente Liberal (PFL) e Partido Movimento Democrático (PMDB) –, chegando a se filiar ao PFL para concorrer a Prefeitura. Isso, no entanto, não inviabilizou a sua capacidade de articulação política mais à esquerda, como Benedita da Silva e Lindberg Faria, ambos filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT).
6. Essa adesão é perceptível, por exemplo, nos editoriais publicados no jornal O Globo: “Área estratégica” (24/03/2010); “A chance do Rio” (26/03/2010); “A nova chance do Rio” (07/05/2010); “Hora de traçar o futuro da cidade” (19/06/2010); “A possível recuperação urbana” (30/11/2010).

7. Em entrevista, Sérgio Magalhães também afirmou ter se encontrado com membros de entidades patronais ligados a atividade comercial e imobiliária da cidade, citando a Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário.
8. Apesar de não ter sido possível localizar no site da entidade, Sérgio Magalhães afirmou em entrevistas que apresentou a sua proposta na Casa das Garças, conhecido think-tank carioca responsável pela formulação e pela divulgação políticas econômicas alinhadas com o pensamento econômico liberal.
9. Em questão, está o que se convencionou chamar de urbanismo moderno, que preconizou a diferenciação das funções urbanas, a construção de edifícios isolados dispostos em áreas verdes e a separação da circulação pedestre. Apesar da superação dessas ideias no campo da arquitetura e do urbanismo, elas seguem informando as ações do poder público e dos agentes imobiliários na cidade.
10. Entre as provas desse compromisso, destaca-se a demolição do Elevado da Perimetral. A implosão da via construída na década de 1950 e 1960 simbolizava, a um tempo, o soterramento de duas ideias estruturadoras do urbanismo moderno: o rodoviarismo e a tábula rasa.
11. Nas premiações anuais do Instituto, foram homenageados: o governador Sérgio Cabral (2010); o secretário estadual de segurança José Mariano Beltrame; o diretor artístico da abertura dos Jogos Olímpicos Abel Gomes (2016); os "arquitetos olímpicos" (2016) e o arquiteto e urbanista João Pedro Backheuser, vencedor o concurso Porto Olímpico e o autor do projeto urbanístico da Orla Conde (2017).

## REFERÊNCIAS

- BONDUKI, N. Do governo Vargas ao Seminário de Habitação e Reforma Urbana: as tentativas pioneiras de enfrentar a questão urbana. In: BONDUKI, N. (org.). *A luta pela reforma urbana no Brasil*. São Paulo: Instituto Casa da Cidade, 2018. p. 15-36.
- BONDUKI, N. Os arquitetos e a reforma urbana. *Revista Projeto*, v. 103, p. 81-82, 1987.
- BOURDIEU, P. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- CARVALHO, M. A. R. Misto quente: intelectuais e a cidade. *Arquitetura*, v. 82, p. 129-134, 2014.
- DEDECCA, P. G. *Arquitetura e engajamento*. O IAB, o debate profissional e suas arenas transnacionais (1920-1970). 2018. 552 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- DURAND, J. C. *A profissão de arquiteto*. São Paulo: CREA, 1972.
- DURAND, J. C. Le Corbusier no Brasil. Negociação política e renovação arquitetônica: contribuição à história social da arquitetura brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, p. 1-16, 1991.
- FAULHABER, L.; AZEVEDO, L. *SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico*. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.
- FLYN, M. H. Concursos de arquitetura no Brasil 1850-2000. 2001. 415 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- FRANÇA E LEITE, V. L. S. *Caminhos que levam à cidade: o protagonismo do IAB na política urbana brasileira*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2021.
- GRAEFF, E. A. *Arte e Técnica na formação do arquiteto*. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- GUSFIELD, J. *The culture of public problems*. Chicago: University of Chicago Press, 1981.
- INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL. *IAB: Um século de arquitetura e urbanismo pela democracia, cultura e direito à cidade*. Rio de Janeiro: IAB, 2021.
- INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL DO RIO DE JANEIRO. *Anexo I – Concurso Porto Olímpico: Termo de Referência*. Rio de Janeiro: IAB, 2010.
- IZAGA, F. [Entrevista cedida a] Heitor Vianna Moura. Rio de Janeiro, 18 de novembro de 2019.

- LUZ, P. [Entrevista cedida a] Heitor Vianna Moura. Rio de Janeiro, 29 de julho de 2019.
- MAGALHÃES, S. Desigualdade induzida. *O Globo*, p. 6, mar. 2010. Opinião.
- MAGALHÃES, S. Em jogo o direito à cidade. *O Globo*, p. 19, maio 2016. Opinião.
- MAGALHÃES, S. [Entrevista cedida a] Heitor Vianna Moura. Rio de Janeiro, 4 de outubro de 2019.
- MAGALHÃES, S. Novos ares sopram no Porto e no velho Centro. *O Globo*, p. 6, ago. 2012. Opinião.
- MAGALHÃES, S. A democratização da cidade. *O Globo*, p. 7, abril. 2011a. Opinião.
- MAGALHÃES, S. 'O Porto tem que ser aproveitado!'. Urbanista critica a concentração de equipamentos na Barra, e não em áreas mais carentes de infraestrutura. *O Globo*, 6 out., p. 12, 2009.
- MAGALHÃES, S. Sem palavreado. *O Globo*, p. 7, set. 2011b. Opinião.
- MARICATO, E. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- NAKANDAKARE, F. S. *O Instituto de Arquitetos do Brasil na disseminação da profissão do arquiteto moderno entre 1945-1969*. 2018. 235 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura, Tecnologia e Cidade). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.
- NOVAIS, P. *Uma estratégia chamada 'planejamento estratégico'*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.
- PINHEIRO, C.; FREITAS, H. (org.). *Catálogo da exposição IAB 80 anos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IAB, 2001.
- RABELO, C. *Arquitetos na cidade: espaços profissionais em expansão [Rio de Janeiro, 1925 – 1935]*. 2011. 341 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- RIBEIRO, L. C. O Estatuto da Cidade e a questão urbana brasileira. In: RIBEIRO, L. C.; CARDOSO, A. L. *Reforma urbana e gestão democrática. Promessas e desafios do Estatuto da Cidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 11-26.
- SÁNCHEZ, F. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas na ação política. *Revista Sociologia e Política*, v. 16, p. 31-49, 2001.
- SERRAN, J. R. *O IAB e a política habitacional, 1954-1976*. Rio de Janeiro: Schema, 1976.
- SILVA, L. *História do urbanismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: E-papers, 2003.
- SOBREIRA, F. As regras do Jogo: sobre a dinâmica dos concursos de arquitetura. *Revista Projetar*, v. 14, p. 68-85, 2020.
- SPECTOR, M.; KITSUSE, J. I. *Constructing social problems*. Washington: Library of Congress, 2001.

**RECEBIDO EM**

12/8/2021

**VERSÃO FINAL EM**

14/4/2023


**APROVADO EM**

25/4/2023

**EDITOR RESPONSÁVEL**

Jonathas Magalhães e  
Renata Baesso

**HEITOR VIANNA MOURA**

 0000-0001-7930-0492 | Universidade Federal do Rio de Janeiro | Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional | Rio de Janeiro, RJ, Brasil | E-mail: [heitorvianna@gmail.com](mailto:heitorvianna@gmail.com)

**COMO CITAR ESTE ARTIGO/HOW TO CITE THIS ARTICLE**

MOURA, H. V. O Instituto de Arquitetos do Brasil do Rio de Janeiro e as políticas urbanas municipais. *Oculum Ensaios*, v. 20, e235430, 2023. <https://doi.org/10.24220/2318-0919v20e2023a5430>